



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>10530.735905/2021-01</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	2202-011.557 – 2ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	10 de outubro de 2025
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	CIA AGROPECUARIA ADELAIDE
<b>INTERESSADO</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR**

Exercício: 2016

NOTIFICAÇÃO EM DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO. DTE. ADESÃO ESPONTÂNEA. VALIDADE.

Diante da adesão espontânea ao DTE e da aquiescência com as suas regras, considera-se válida a notificação realizada por esse meio.

RECURSO VOLUNTÁRIO INTEMPESTIVO. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO.

Não se conhece do recurso apresentado após o prazo legal de trinta dias, contado da ciência da decisão de primeira instância.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Sara Maria de Almeida Carneiro Silva – Presidente e Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marcelo Valverde Ferreira da Silva, Andressa Pegoraro Tomazela, Rafael de Aguiar Hirano (substituto integral), Henrique Perlatto Moura, Thiago Buschinelli Sorrentino e Sara Maria de Almeida Carneiro Silva (Presidente).

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto contra acórdão da 1<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento 01 (DRJ01), que julgou procedente lançamento de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do exercício de 2016, relativo ao imóvel denominado “FAZENDA CALIFORNIA LTS. 07B,09A/B,11A/B,12A/B” (NIRF 5.694.220-6), com área declarada de 5.557,0 ha, localizado no município de Formosa do Rio Preto-BA.

Conforme relatado pelo julgador de piso:

Procedendo à análise e verificação das informações recebidas e dos dados constantes na correspondente DITR/2016, a Autoridade Fiscal manteve a área de preservação permanente

(295,4 ha) e o VTN declarado de R\$ 20.596.425,01; entretanto, glosou integralmente a área de produtos vegetais (4.497,6 ha), com consequente aumento do VTN tributado e da alíquota de cálculo, de 0,45% para 20,0%, isto devido à redução do grau de utilização, de 85,5% para 0,0%, disto resultando o imposto suplementar de R\$ 3.812.385,91, no exercício de 2016, conforme demonstrativo de fls. 05.

A descrição dos fatos e os enquadramentos legais das infrações, a multa de ofício e dos juros de mora constam às fls. 04 e fls. 06.

### Da Impugnação

Cientificado do lançamento em 26/08/2021 (fls. 07), o contribuinte apresentou sua impugnação, de fls. 242/248, em 27/09/2021 – segunda-feira (fls. 242), alegando e solicitando o seguinte, em síntese:

- propugna pela tempestividade na apresentação de sua impugnação; - faz um breve relato da ação fiscal, ressaltando que a fiscalização, sem qualquer comprovação ou plausibilidade, ignorando o princípio da verdade material, que deve nortear os processos administrativos, desconsiderou completamente qualquer área plantada, tendo presumido de forma ilegal que o grau de utilização seria 0%, aplicando a alíquota de 20%; - entende que o auto de infração é nulo, por ausência de correta motivação e fundamentação, sendo improcedente na medida em que o Laudo Técnico de Uso de Solo, apresentado à fiscalização, comprova inequivocamente que a efetiva área de utilização para plantio de vegetais corresponde a 4.525,2750ha, resultando em um grau de utilização superior a 80%, com alíquota de 0,45%; - faz citação da Solução de Consulta Interna Cosit nº 8/2013, para respaldar seus argumentos; - afirma que a fiscalização, ao afirmar que não houve comprovação da área de produtos vegetais, pretendeu validar a inversão do ônus da prova da efetiva ocorrência do fato gerador e motivar a presunção de completa ausência de área plantada no exercício autuado, entretanto, na fase de intimação, foi apresentado o Laudo Técnico de Uso de Solo, devidamente assinado por Engenheiro Agrônomo, com

ART, atestando o uso do solo para plantio de vegetais, de 4.525,2750 ha; - aduz que, em que pese não ter sido possível apresentar as notas fiscais do produtor, haja vista que as áreas se encontram arrendadas e a colheita foi comercializada por terceiros, apresentou à fiscalização os Contratos de Arrendamento e o Livro Caixa do ano calendário, com a respectiva movimentação financeira do impugnante, comprovando o recebimento dos valores dos arrendatários decorrente da safra, o que não foi contestado pela mesma fiscalização, de forma que é incontestável que houve o uso do solo para plantação exatamente conforme declarado; - faz menção de julgados do CARF para referendar suas alegações; - reitera o pedido de nulidade da ação fiscal por ter juntado documentos que comprovam a existência da área de produtos vegetais, tendo sido desconsiderados no auto de infração; - por fim, requer:

- i. Acolhimento da preliminar suscitada, a fim de que o auto de infração seja declarado nulo, sendo extinto o crédito tributário por ter sido lançado indevidamente, haja vista erro em sua motivação; ii. Seja julgado o auto de infração totalmente improcedente, cancelando-se o crédito tributário por ele lançado indevidamente, sendo reconhecido o correto cumprimento das obrigações acessórias e principal por parte do impugnante;
- iii. Posterior juntada de documentos complementares porventura necessários, em observância à verdade material.

Ao apreciar as razões apresentadas pelo contribuinte, o colegiado da 1<sup>a</sup> Turma da DRJ01, por unanimidade, julgou a impugnação procedente em parte, para acatar a área de reserva legal, de 307,4 ha, averbada tempestivamente, efetuando-se as demais alterações decorrentes, com redução do imposto suplementar apurado pela fiscalização, de R\$ 3.812.385,91 para R\$ 3.594.689,16, nos termos do relatório e voto. A decisão restou assim ementada:

**DA NULIDADE DO LANÇAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA.**

Somente ensejam a nulidade os atos e termos lavrados por pessoa incompetente e os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa. A impugnação tempestiva da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento fiscal, e somente a partir disso é que se pode, então, falar em ampla defesa ou cerceamento dela.

**DO ÔNUS DA PROVA.**

Cabe ao contribuinte, quando solicitado pela Autoridade Fiscal, comprovar com documentos hábeis, os dados informados na sua DITR, posto que é seu o ônus da prova.

**DA REVISÃO DE OFÍCIO. DO ERRO DE FATO.**

A revisão de ofício de dados informados pelo contribuinte na sua DITR somente cabe ser acatada quando comprovada nos autos, com documentos hábeis, a hipótese de erro de fato, observada a legislação aplicada a cada matéria.

**DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DE RESERVA LEGAL E COBERTA POR FLORESTAS NATIVAS.**

As áreas ambientais, para fins de exclusão do ITR, devem ser reconhecidas como de interesse ambiental pelo IBAMA, contemporâneo ao ano do respectivo exercício, ou pelo menos, que seja comprovada a protocolização, em tempo hábil, do requerimento do respectivo ADA, contudo, cabe acatar a área de reserva legal averbada tempestivamente à margem da matrícula do imóvel, por força da Súmula nº 122 do CARF, que é vinculante.

**DAS ÁREAS OCUPADAS COM BENFEITORIAS.**

A aceitação para fins de cálculo do ITR da requerida área ocupada com benfeitorias úteis e necessárias destinadas à atividade rural somente é possível quando apresentada prova documental hábil.

**DA ÁREA DE PRODUTOS VEGETAIS.**

As áreas destinadas à atividade rural utilizadas na produção vegetal cabem ser devidamente comprovadas com documentos hábeis, referentes ao ano-base do exercício relativo ao lançamento.

**DA INSTRUÇÃO DA PEÇA IMPUGNATÓRIA.**

A impugnação deve ser instruída com os documentos em que se fundamentar e que comprovem as alegações de defesa, precluindo o direito de o contribuinte fazê-lo em outro momento processual.

**Impugnação Procedente em Parte Crédito Tributário Mantido em Parte**

Cientificado da decisão de piso em 12/8/2023 (fl. 427), o contribuinte apresentou o presente recurso voluntário em 20/10/2023 (fls. 431), por meio do qual reitera os termos da impugnação; posteriormente apresentou aditamento ao recurso trazendo informações relativas a sua tempestividade.

É o relatório.

**VOTO**

Conselheira Sara Maria de Almeida Carneiro Silva, Relatora.

Difiro a análise do conhecimento do recurso.

Conforme se verifica nos autos, o contribuinte foi notificado da decisão de primeira instância por meio de seu Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), uma vez ser o mesmo optante pelo mesmo desde de 2022, conforme ele mesmo informa em seu aditamento ao presente recurso (fl. 448):

2. - Ademais, a Recorrente somente aderiu ao DTE em 03/11/2022.

Alega que o presente processo tramitava fisicamente, de forma que nunca chegou a ser intimado formalmente do presente processo, ou que estaria sujeito às intimações em seu DTE.

O art. 23 do Decreto nº 70.235, de 1972, que regulamenta o Processo Administrativo Fiscal (PAF), na redação vigente à época do fato gerador, assim disciplina:

Art. 23. Far-se-á a intimação:

...

III - se por meio eletrônico: (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

a) quinze dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea "a"; ou (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo; (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 4º Para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo: (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

I - o endereço postal por ele fornecido, para fins cadastrais, à administração tributária; e (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

II - o endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, desde que autorizado pelo sujeito passivo. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 5º O endereço eletrônico de que trata este artigo somente será implementado com expresso consentimento do sujeito passivo, e a administração tributária informar-lhe-á as normas e condições de sua utilização e manutenção. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

A norma é cristalina no sentido de que, ao optar pelo DTE, este é também considerado o domicílio tributário eleito do sujeito passivo, podendo as intimações serem por ali efetuadas.

De se notar que nos termos do inciso II do § 4º e do § 5º, o DTE somente será implementado com expresso consentimento do sujeito passivo, o que se materializa pela sua opção. Caso haja tal opção, o contribuinte passa a ser cientificado de atos oficiais (intimações) da Administração Tributária em sua Caixa Postal Eletrônica no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), sendo que aquiesceu com tais regras.

De se destacar que quando da adesão ao DTE o contribuinte tem a prerrogativa de cadastrar até 3 (três) endereços de e-mail e informar até 3 (três) números de celulares para

recebimento de SMS, com o objetivo de alertá-lo sobre a existência de mensagens importantes na sua caixa postal do e-CAC. Também pode, a qualquer momento, cancelar sua opção.

Dito isto, às fls. 426 encontra-se o TERMO DE REGISTRO DE MENSAGEM DE ATO OFICIAL NA CAIXA POSTAL DTE, no qual é informado que o recorrente recebeu mensagem com acesso ao Acórdão de Impugnação por meio de sua Caixa Postal, considerada seu Domicílio Tributário Eletrônico perante a RFB, na data de 20/07/2023. Informa ainda que “A data da ciência, para fins de prazos processuais, será a data em que o destinatário efetuar consulta à mensagem na sua Caixa Postal ou, não o fazendo, o 15º (décimo quinto) dia após a data de entrega acima informada.

Às fls. 427 há o Termo de Ciência Por Decurso de Prazo, já que o sujeito passivo não abriu a intimação:

#### TERMO DE CIÊNCIA POR DECURSO DE PRAZO

Foi dada ciência dos documentos relacionados abaixo por decurso de prazo de 15 dias ao destinatário a contar da disponibilização dos documentos através do Caixa Postal, Módulo e-CAC do Site da Receita Federal.

Base legal da ciência: alínea 'a', inciso III, § 2º, do artigo 23, do Decreto nº 70.235/1972.

Data da disponibilização no Caixa Postal: 27/07/2023 11:02:54

Data da ciência por decurso de prazo: 11/08/2023

Às fls. 431 consta que o recorrente apresentou o presente recurso em 20/10/2023, de forma que tendo sido o sujeito passivo sido cientificado da decisão de primeira instância em 11/08/2023 e apresentado o presente recurso somente em 20/10/2023, ou seja, 68 dias após a ciência, não restam dúvidas sobre a não observância do prazo legal de 30 (trinta) dias para apresentação do recurso, nos termos do art. 33 do Decreto nº 70.235, de 1972:

Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão.

Assim, sendo o recurso intempestivo, este não poderá ser conhecido.

#### CONCLUSÃO

Isso posto, voto por não conhecer do recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sara Maria de Almeida Carneiro Silva